

**A LUTA PELA TERRA ENTRE A CIDADE E O CAMPO
UM OLHAR SOBRE PRESIDENTE PRUDENTE
LA LUCHA POR LA TIERRA ENTRE LA CIUDAD Y EL
CAMPO UNA MIRADA EN PRESIDENTE PRUDENTE**

João Vitor Ramos da Silva¹
jaopeace@gmail.com

RESUMO

Este texto é fruto das ações de pesquisa que vêm sendo desenvolvidas por meio do projeto de iniciação científica, denominado “Significados da Reforma Agrária em bairros periféricos de Presidente Prudente (SP): uma tentativa de diálogo entre a luta pela terra e a Soberania Alimentar”, vigente a partir de fevereiro de 2011, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Tem por objetivo apresentar alguns aspectos sobre a relevância da inserção de comunidades periurbanas da cidade de Presidente Prudente no processo de luta pela terra no Pontal do Paranapanema, protagonizado principalmente pelos movimentos socioterritoriais, em especial o MST. O eixo central de análise envolve uma interrelação entre o trabalho, a luta pela terra e a Soberania Alimentar, assim como uma tentativa de construção de uma abordagem ontológica a partir da centralidade do trabalho, que potencialmente contribui para que as dicotomias teoricamente construídas entre cidade e campo sejam superadas, visto que os sujeitos da pesquisa, produtores de espaços/espacialidades e territórios/territorialidades, constituem o foco principal, para além das fragmentações.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho. luta pela terra. soberania alimentar.

RESUMEN

Este texto es el resultado de las acciones de investigación que se han desarrollado a través del proyecto de iniciación científica, intitulado "El significado de la Reforma Agraria en barrios periféricos de Presidente Prudente (SP): un intento de diálogo entre la lucha por la tierra y la Soberanía Alimentaria", en vigor desde febrero de 2011, con fondos de la Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Tiene como finalidad presentar algunos aspectos sobre la relevancia de la inserción de las comunidades periurbanas de la ciudad de Presidente Prudente en el proceso de la lucha por la tierra en la región del Pontal del Paranapanema, protagonizado principalmente por los movimientos socioterritoriales, en especial el MST. El eje central de análisis envuelve una interrelación entre el trabajo, la lucha por la tierra e la Soberanía Alimentaria, así como un intento de construcción de una abordaje ontológica desde la centralidad del trabajo, que potencialmente contribuye para que las dicotomías teoricamente construidas entre ciudad y campo sean superadas, visto que los sujetos de la investigación, produtores de espacios/espacialidades y territorios/territorialidades, constituyen el foco principal, más allá que las fragmentaciones.

PALABRAS CLAVE: trabajo. lucha por la tierra. soberanía alimentaria.

¹ FCT/UNESP – *campus* de Presidente Prudente; Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

INTRODUÇÃO

Este texto é fruto das ações de pesquisa que vêm sendo desenvolvidas por meio do projeto de iniciação científica, denominado “Significados da Reforma Agrária em bairros periféricos de Presidente Prudente (SP): uma tentativa de diálogo entre a luta pela terra e a Soberania Alimentar”, vigente a partir de fevereiro de 2011, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Tem por objetivo apresentar alguns aspectos sobre a relevância da inserção de comunidades periurbanas da cidade de Presidente Prudente no processo de luta pela terra no Pontal do Paranapanema, protagonizado principalmente pelos movimentos socioterritoriais, em especial o MST.

TRABALHO, LUTA PELA TERRA E SOBERANIA ALIMENTAR

O processo de territorialização do capital agropecuário, ou agronegócio, ou ainda *agrohídronegócio*², se entendermos que cada vez mais essa vertente de atuação do capital vem se apropriando concreta e politicamente dos recursos naturais que envolvem diretamente a água (superficial ou subterrânea) para a consecução de seus empreendimentos produtivos, vem gerando, precipuamente a partir da década de 1970 – com o incremento tecnológico ensejado pela Revolução Verde e os acordos políticos travados entre o Estado brasileiro com outros países, como o Japão –, a saída de trabalhadores rurais de suas terras, de forma mais ou menos violenta, seja pela expropriação fraudulenta ocasionada pela grilagem de terras, seja pela própria incapacidade de concorrência dos camponeses em relação às tecnologias modernas do agrohídronegócio, que lhe fornece imensos ganhos de produtividade.

Verifica-se, então, uma intensa migração desses sujeitos expropriados em direção a outras regiões do país, tendo destaque o sentido nordeste-sudeste³ e, em certa medida, nordeste-norte, contexto em que, se por um lado respaldava-se no crescimento econômico dessas regiões, por outro apenas sintomatizava as investidas do capital em seu processo de territorialização. A maior parte desses trabalhadores descrevem trajetórias rumo às cidades, onde acabam sendo absorvidos nas periferias como mão de obra.

Percebe-se que esse movimento *T-D-R* (Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização)⁴ empreendido pelo capital acarretou (e até hoje o faz) ressignificações

² O termo remete à proposta teórico-metodológica apresentada por Thomaz Júnior (2008; 2010).

³ Cf. Silva (2008).

⁴ Cf. Raffestin (1993).

no âmbito do espaço, do território, da paisagem e do tecido social da classe trabalhadora. Isso, pois, pelo fato de esses dois sujeitos (camponeses e agrohidronegócio) servirem a lógicas diferentes e, portanto, ocuparem os espaços de maneiras diferentes, modificando consequentemente suas paisagens, criando novas territorialidades no interior desses espaços e fornecendo novos conteúdos ao mundo do trabalho.

São esses conteúdos territoriais que nos permitem realizar uma leitura da realidade de luta pela terra de uma perspectiva geográfica e em consonância com o entendimento do trabalho como elemento central, pois, como dito anteriormente, o movimento descrito no espaço por esses trabalhadores rurais, movimento esse caracterizado por Silva (2008) como *descamponesização*, não apenas se dá de forma geométrica, mas também no bojo da classe trabalhadora. Esses sujeitos realocados nas bordas das cidades são impelidos a se espacializar novamente, atribuir e se adaptar a novos valores (urbanos) e vivenciar novas experiências laborais, que vão desde o emprego formal, passando pela terceirização, trabalho informal, domiciliar, desemprego, atingindo, algumas vezes, o *descarte*. Nesse sentido, afirma Thomaz Júnior (2009, p. 8):

É desse processo que se fazem presentes as novas identidades do trabalho, territorialmente expressas na plasticidade que se refaz continuamente e que extrapola os limites do rural e do urbano, da cidade e do campo. Por sua vez, ele redefine constantemente as profissões, habilitações, especializações, deslocamentos, migrações, o espaço de relações e a demarcação das territorialidades da luta de classes, sem contar o quadro mais perverso da reestruturação produtiva do capital, no século XXI, ou seja, o desemprego estrutural ou o descarte do trabalho.

Como mais um elemento dinamizador da discussão podemos acrescentar a Soberania Alimentar, uma vez que vem se mostrando cada vez mais presente nas pautas políticas dos movimentos sociais de luta pela terra, como é possível verificar em publicação periódica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST):

Precisamos nos desafiar na produção de comida de qualidade com técnicas agroecológicas. Produzirmos nossas próprias sementes, de maneira a consolidarmos nossa soberania alimentar, pois a maioria das sementes é patente das grandes empresas do agronegócio – as sementes que são patrimônio da humanidade, hoje são propriedades privadas (Jornal do MST/SP – Especial Agrotóxicos – Março/2011).

Aqui é importante ressaltar a discussão teórico-conceitual, mas também política entre dois conceitos relacionados ao acesso à alimentação pela população: *Segurança Alimentar* e *Soberania Alimentar*. Vinculando-nos aos apontamentos traçados por Souza

(2009), assim como Eguren (2008), e Mazzei (2007) e Thomaz Júnior (2009), entendemos que o pressuposto da Segurança Alimentar, que “*se refiere a una estrategia nacional para asegurar a la población, en modo permanente, la alimentación*” (MAZZEI, 2007), não é capaz de assegurar a autonomia e nem mesmo a garantia do acesso à alimentação por parte da população, já que ele (o conceito) abre margem para ser controlado pelas vicissitudes do mercado internacional.

Daí a busca pelo avanço teórico-político no tocante ao conceito de Soberania Alimentar, entendendo-a como

[...] el derecho de la gente para definir su propio alimento y agricultura; de proteger y regular la producción agrícola doméstica y el comercio para lograr objetivos de desarrollo sostenible; de determinar la cobertura de su autosuficiencia; de restringir el versamiento de productos en sus mercados; y de proveer a las comunidades locales de pescadores la prioridad en la administración del uso y los derechos a los recursos acuáticos (VIA CAMPESINA, 1966 apud MAZZEI, 2007).

Dessa forma, analisando-se a história de territorialização do agrohidronegócio no Brasil e do êxodo rural proporcionado por esse processo, bem como das consequências à Segurança e Soberania Alimentar nos campos e nas cidades, verifica-se que a continuidade dessas trajetórias conflitantes e desses embates se dá no âmbito da luta pela terra, contextualizada crescentemente entre a cidade e o campo, rompendo dissociações entre esses dois espaços aparentemente distintos, mas que na prática demonstram seus nexos territoriais.

Um destaque merece ser dado, nesse sentido, à atuação da Frente de Massa do MST que atua exatamente nas periferias das cidades, receptáculos de sujeitos que muitas vezes já passaram pelo processo de desterritorialização-reterritorialização supracitado, ou mesmo os que não o vivenciaram desse modo, mas que convivem com precárias condições de trabalho, moradia, entre outras esferas da sociabilidade humana.

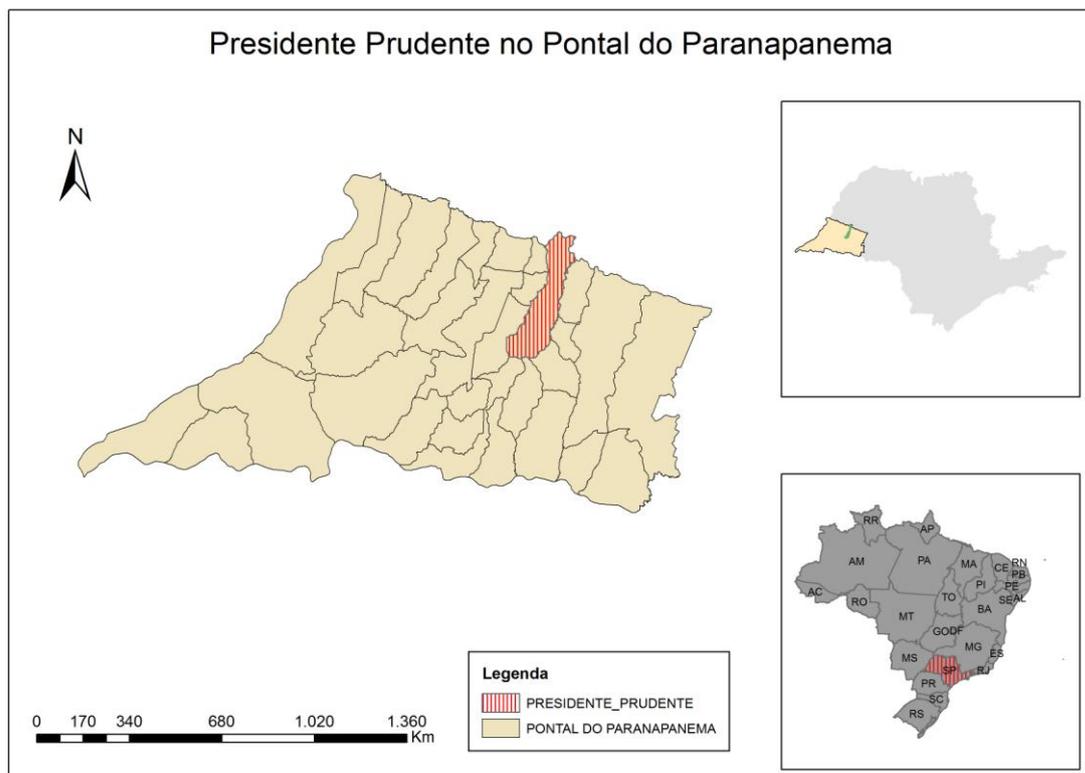
ALGUNS PONTOS SOBRE PRESIDENTE PRUDENTE

No caso de Presidente Prudente, município localizado no Pontal do Paranapanema (Figura 1), sede da 10ª Região Administrativa (R.A.) do estado de São Paulo, possuidor de aproximadamente 207 mil habitantes⁵ e uma cidade média no contexto da

⁵ Dados preliminares do Censo 2010 do IBGE.

rede urbana de São Paulo, dada a centralidade que exerce ao seu entorno, podemos apontar alguns elementos de aproximação com o cenário apresentado acima.

Figura 1: Localização do município de Presidente Prudente no contexto do Pontal do Paranapanema.



Em relação à composição do mundo do trabalho formal no município de Presidente Prudente, a Tabela 1 apresenta um panorama geral de distribuição dos empregos formais, dentro do recorte específico das classes de atividade econômica da CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) com mais de mil registros, no ano de 2010.

Tabela 1: Empregos formais em Presidente Prudente com mais de mil registros por classe de atividade econômica, no ano de 2010.

| Número de empregos formais distribuídos por classe de atividade econômica com mais de mil registros, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) – 2010 | | |
|--|---------------|------------|
| Classe de Atividade Econômica | Total | % |
| Administração pública em geral | 5.172 | 8,31 |
| Atividades de atendimento hospitalar | 3.577 | 5,74 |
| Fabricação de açúcar em bruto | 2.729 | 4,37 |
| Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados | 2.055 | 3,3 |
| Comércio de peças e acessórios para veículos automotores | 1.968 | 3,16 |
| Comércio a varejo e por atacado de veículos automotores | 1.828 | 2,94 |
| Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas | 1.790 | 2,87 |
| Educação superior – pós-graduação e extensão | 1.616 | 2,6 |
| Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente | 1.564 | 2,51 |
| Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios | 1.321 | 2,12 |
| Construção de edifícios | 1.248 | 2 |
| Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e em região metropolitana | 1.179 | 1,89 |
| Curtimento e outras preparações de couro | 1.161 | 1,86 |
| Comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção | 1.076 | 1,73 |
| Total | 62.271 | 100 |

Fonte: MTE – Relação Anual das Informações Sociais. Org.: João Vitor Ramos da Silva.

O principal destaque que faríamos da tabela acima é para a terceira classe de atividade econômica que mais emprega no município, *fabricação de açúcar em bruto*, a qual pode ser explicada pela presença, no distrito de Ameliópolis, da usina sucroalcooleira *Alto Alegre S.A.*, que emprega trabalhadores da cidade e mesmo do espaço rural do município de Presidente Prudente.

No tocante à Frente de Massa, esta vertente de atuação do MST possui, há vários anos, presença por meio de ações de base em alguns bairros da cidade. Podemos citar os casos do Jardim Morada do Sol (ainda popularmente chamado *Km 7*, devido a sua real distância em relação ao restante da malha urbana) e Jardim Humberto Salvador, bairros situados, respectivamente, nas zonas nordeste e norte da cidade, oriundos de programas de desfavelização da cidade de Presidente Prudente realizados pela prefeitura em confrontação com o Movimento de Luta pela Moradia⁶, e apontados por integrantes do MST como potenciais fornecedores de contingente humano no processo de luta pela terra.

O momento histórico atual, como mencionado por uma integrante do MST no Pontal do Paranapanema, é de refluxo dos movimentos sociais de um modo geral, devido a um conjunto de elementos de ordem política, econômica e ideológica. As investidas do capital agropecuário na compra e especulação de imensas porções de terra, bem como do investimento em tecnologias de última geração que incrementam os índices de produtividade em grande proporção, respaldadas, no Brasil, por uma bancada ruralista no

⁶ Para maiores detalhes ver Ikuta (2003).

congresso nacional aprovando projetos e privilegiando ações, políticas e incentivos que beneficiam o grande capital em detrimento dos camponeses, relação perpetuada pela disseminação e controle ideológico do agrohidronegócio como a imagem do progresso e do crescimento econômico, são alguns dos elementos constitutivos da hegemonia do capital agropecuário no Brasil, consequentemente influenciando na recuada dos movimentos sociais.

Esse refluxo decorrente do avanço político, econômico e ideológico do agrohidronegócio, com seus projetos destrutivos do ponto de vista social, ambiental e trabalhista, também vem apresentando rebatimentos nas ações da Frente de Massa na cidade de Presidente Prudente, que nos últimos anos vem deixando de ser efetivadas com maior vigor, como nos anos 90 e início deste século.

REMANDO CONTRA A CORRENTE...

Atualmente, no mês de abril de 2011 – o chamado *Abril Vermelho* pelo MST em homenagem ao Massacre de Eldorado dos Carajás ocorrido no dia 16 de abril de 1996, completando 15 anos esse ano – tivemos a oportunidade de estar presente em uma ocupação de terra, que a partir de então acabou tornando-se um acampamento permanente, no município de Sandovalina, também no Pontal do Paranapanema, já na divisa com o estado do Paraná. Na ocupação estavam presentes pessoas provenientes de outros acampamentos do MST na região e de várias cidades, inclusive Presidente Prudente.

Apesar de naquele momento carecermos de maior investigação acerca da trajetória de tais moradores da cidade de Presidente Prudente, é possível destacar que sua presença em uma atividade como esta, isto é, no dia-a-dia da luta pela terra, já sinalizava para o imbricamento existente entre o processo histórico de territorialização do capital agropecuário, a desterritorialização/reterritorialização dos trabalhadores expropriados – muitos submetidos a precárias condições de vida e pouca ou nenhuma possibilidade de decisão sobre sua moradia, alimentação, trabalho etc – e a sua aposta na luta pela terra como possibilidade de retomar uma identidade territorial e fugir das mazelas ensejadas pelo movimento de realização do capital.

Em outra oportunidade estivemos presentes no mesmo local, por ocasião da realização de um trabalho de campo, porém já com a estrutura de acampamento constituída, composta por pessoas oriundas dos acampamentos Vitória e Dorcelina

Folador. O mais recente acampamento estruturado pelo MST no Pontal do Paranapanema, que reivindica as terras da Fazenda São Domingos, localiza-se no município de Sandovalina, 8º Perímetro de Presidente Venceslau, no Pontal do Paranapanema, conforme registrado na Figura 2.

Nessa ocasião tivemos a oportunidade de entrar em contato com dois acampados oriundos do município de Presidente Prudente, sendo do espaço urbano e outro do rural, mas ambos apresentando elementos interessantes a se refletir sobre a luta pela terra e sobre a relação cidade-campo em Presidente Prudente.

Figura 2: Acampamento no município de Sandovalina, em frente à Fazenda São Domingos, no 8º Perímetro de Presidente Venceslau.



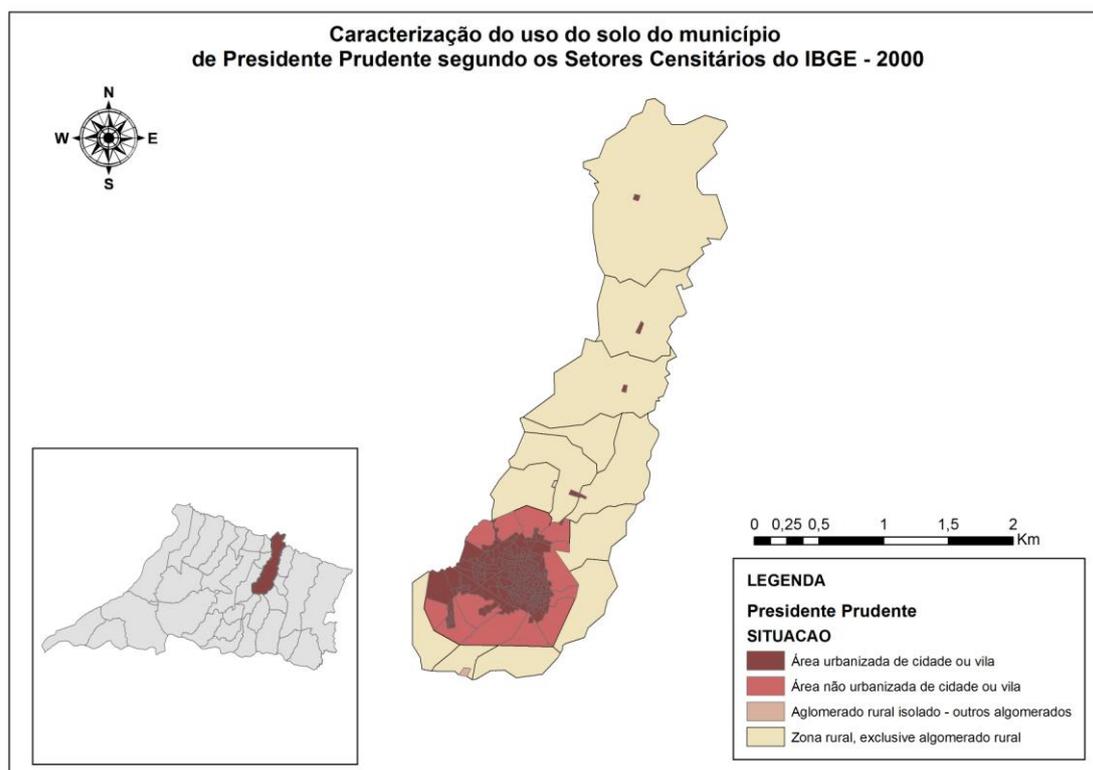
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Uma primeira questão que apontaríamos é a importância das ações de pesquisa no sentido de superar as hipóteses apriorísticas teoricamente construídas que buscam se autovaler para explicar a realidade. Se, a princípio, poderíamos determinar que a única motivação, ou a motivação principal de moradores da cidade de Presidente Prudente para optar por aderir à luta pela terra fosse a pauperização extrema, ao ponto de não restar outra alternativa que não a luta pela terra, as entrevistas realizadas com os acampados apontaram em outro sentido, ao menos com elementos diferentes.

Duas situações peculiares se nos apresentaram nas entrevistas: de um lado, um sujeito que sequer reside no espaço urbano do município de Presidente Prudente, mas em uma pequena propriedade rural localizada em um dos distritos do município, Montalvão; de outro, um morador de um bairro periférico da cidade e que deixou a mulher, juntamente com a casa própria para se juntar ao acampamento na busca pela conquista de um lote de terra e que, ademais, declarou possuir outra propriedade no município de Martinópolis, também na região do Pontal.

Dessa forma, percebe-se que não somente pessoas sujeitas a uma extrema pobreza, nem tão somente sujeitos residentes nas periferias urbanas de Presidente Prudente compõem o montante que se dirige à luta pela terra no Pontal. A Figura 3 apresenta a caracterização do uso do solo em Presidente Prudente entre áreas urbanizadas, não urbanizadas, aglomerados rurais isolados e zona rural.

Figura 3: Caracterização do uso do solo do município de Presidente Prudente



Fonte: IBGE, 2000. Produção cartográfica por: João Vitor Ramos da Silva.

O elemento a se destacar na Figura 3 é a existência das chamadas *áreas não urbanizadas de cidade ou vila* e sua influência na composição das paisagens construídas e vivenciadas pelos sujeitos em questão. Ou seja, existe uma margem espacial no entorno da

área urbanizada de Presidente Prudente que promove, do ponto de vista da paisagem, uma aproximação desses sujeitos com o espaço rural do município.

Por outro lado, alguns elementos evidenciam uma tentativa de mudança na trajetória de vida pelos acampados. O morador residente no meio urbano informou que já trabalhou em inúmeras ocupações, das quais a última foi a construção civil em regime terceirizado, na cidade de Presidente Prudente, cidade onde vive desde os seus 14 anos de idade, configurando o que Thomaz Júnior (2009) caracteriza como *plasticidade do trabalho*; além disso, também ressaltou que, apesar de já ter participado outras vezes de acampamentos, agora se mostrou mais convicto de que sua principal motivação a participar da luta pela terra é a vontade de conseguir seu lote e nele produzir, fazendo-se cumprir sua função social. Assim, independentemente do fato de haver possuído residência fixa e outra propriedade em seu nome, aparentemente um motivo de cariz identitário, *ontológico*, se aproxima mais de sua real motivação para mudar da cidade para o campo, buscando ter autonomia no trabalho e alcançar a Soberania Alimentar.

Já em relação ao outro acampado, apesar de residir no meio rural de Presidente Prudente, isso não lhe garante a possibilidade de produzir alimentos em sua terra, vivendo exclusivamente de trabalhos esporádicos – *bicos* – que realiza aos demais sítiantes e produtores localizados nas redondezas de sua propriedade. Seja cortando cana-de-açúcar para a já mencionada usina sucroalcooleira Alto Alegre, seja instalando cercas para outros sítios, o fato é que a sua rotina é a incerteza do ponto de vista do trabalho e de paradoxo pelo fato de morar na terra, possuí-la, mas não estabelecer relações, de fato, *soberanas* com a mesma. Com elementos diferentes do primeiro entrevistado, nota-se que este acampado também tem por principal motivação a busca pela Soberania Alimentar e de vida, buscando o controle das decisões sobre o que produzir, em que quantidade, com qual qualidade, em quanto tempo etc.

De sorte que essas apreensões possibilitadas pelo trabalho de campo que realizamos ao acampamento, juntamente com o conhecimento do processo em curso de urbanização generalizada da sociedade, atingindo, no Brasil, cerca de 84%, em Presidente Prudente saltando para 98%⁷, nos leva a tecer algumas considerações finais, as quais faremos a seguir.

⁷ Informações retiradas das seções *Países e Cidades*, do sítio eletrônico do IBGE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de considerações finais, podemos reiterar que, sem as práticas de pesquisa não teríamos superado os nossos pressupostos teóricos estabelecidos no início de nossa investigação, que caminhava no sentido da suposta comprovação de que a única (ou principal) motivação para os moradores das periferias da cidade de Presidente Prudente fosse a extrema carência socioeconômica, desemprego etc.

Isso não significa que os nossas principais posturas teóricas acerca da superação da noção de Segurança Alimentar, em busca da efetivação política, econômica, teórica e ideológica do conceito de Soberania Alimentar tenham simplesmente se esvaziado. Ao contrário, as práticas de pesquisa que vimos realizando caminham no sentido de contribuir para o aperfeiçoamento do diálogo necessário entre a teoria e a prática, até mesmo no sentido da produção do conhecimento transformador da realidade.

Do ponto de vista do trabalho, concluímos que se faz premente aos sujeitos com os quais estabelecemos contato a busca por novas relações de trabalho – diferente das atuais, ou recém-abandonadas, de falta de autonomia – que apontem no sentido da *realização do trabalho*, fugindo do *descarte* produzido pela hegemonia do capital agropecuário.

Ainda em nível preliminar, é possível concluir que, independente das variantes processuais da história de cada sujeito, a principal mola propulsora desses sujeitos que passam a aderir à luta pela terra no Pontal do Paranapanema centra-se em sua *(des)realização ontológica*, isto é, sua dificuldade de encontrarem verdadeiro sentido às suas práticas sociais e relações de trabalho às quais se subordinam (subordinavam). Assim, ainda que a luta pela terra não seja *a única alternativa* de sobrevivência, ela se constitui como mais uma alternativa que se coloca para a vida desses trabalhadores no sentido de alcançarem seu pleno desenvolvimento enquanto seres humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EGUREN, Fernando. **Soberanía Alimentaria o Seguridad Alimentaria?** 2008. Disponível em: <<http://www.soberaniaalimentaria.com/textos/EgurenSoberaniaAlimentaria.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2011.

IBGE. **Censo Demográfico 2010 (primeiros resultados).**

IKUTA, Fernanda Keiko. **A questão da moradia para além de quatro paredes:** uma reflexão sobre a fragmentação dos momentos sociais da produção e da reprodução em Presidente Prudente/SP. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2003.

MAZZEI, Umberto. **Soberanía Alimentaria e los acuerdos comerciales.** 2007. Disponível em: <<http://www.soberaniaalimentaria.com/textos/MazzeiSoberaniaComercioAlimentos07.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Jornal do MST:** Especial Agrotóxicos/Março de 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ed. Ática, 1993.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. Produção de Alimentos e Agrocombustíveis no Contexto da Nova Divisão Mundial do Trabalho. **Revista Pegada Eletrônica**, v. 9, n. 1. Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2008, p.63-80.

SOUZA, Alessandra Silva de. Um debate acerca da Soberania Alimentar e da Agroecologia: um desafio de percepção e de prática. Ou, de que lado é o meu quintal? **Pegada Eletrônica**, v.10, n.1. Presidente Prudente, jun./2009. Disponível em: <www.fct.unesp.br/ceget>. Acesso em: 14 jun. 2010.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por uma “*cruzada*” contra a fome e o agrohídronegócio – nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Revista Pegada Eletrônica**, v. 9, n. 1. Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2008, p. 8-34. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/02-9-1-Thomazjr.pdf>>. Acesso: 09 de abril de 2010.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI** (Limites explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). Tese (Livre Docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009, volumes 1 e 2. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/inci.html>>. Acesso: 14 ago. 2009.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. O agrohídronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do Século XXI. **Campo Território**, V. 5, N° 10, Uberlândia, 2010a.